

Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra¹

Diego Carvalhar Belo

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
e-mail: carvalharbelo@gmail.com

Marcos Antônio Pedlowski

PhD em Environmental Design and Planning (Virgínia Tech)
Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
e-mail: pedlowma@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva ampliar o conhecimento existente acerca das dinâmicas estabelecidas dentro dos acampamentos do MST, e seus efeitos sobre a formação e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária. A coleta de dados foi direcionada para obter dados sobre as experiências cotidianas dos assentados durante o acampamento e seus impactos sobre a organização dos assentamentos. Os resultados obtidos indicam que redes de solidariedade e conflito foram construídas a partir das experiências e dos vínculos sociais criados nos acampamentos. Tais redes ocuparam um papel central no engajamento político dos assentados, com a valorização das formas coletivas de ação dentro dos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos; reforma agrária; acampamentos; MST; identidade.

Abstract

The MST's encampments and their importance for the construction of the "Sem Terra" identity

The goal of this article is to enhance the existing knowledge on the dynamics established inside the MST's encampments and their effects on the formation and development of land reform settlements. Data gathering was directed to obtain information on the daily experiences inside the encampments and their impacts on organization of the settlements. Results indicate that solidarity social networks were constructed because of the experiences and social connections created inside the encampments. These social networks played a central role in the political engagement of the settlers and on the level of approval for collective forms of social action inside the settlements.

Keywords: Settlements; land reform; encampments; MST, identity.

Resumen

Campamentos del MST y su importancia en la conformación de la identidad de los Sin Tierra

Este artículo tiene como objetivo ampliar el conocimiento existente sobre la dinámica establecida en los campamentos del MST, y sus efectos sobre la formación y el desarrollo

¹ Este estudo foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

de la reforma agraria. La Recopilación de datos fue dirigida a obtener datos sobre las experiencias cotidianas de los colonos durante el campamento y su impacto en la organización de los asentamientos rurales. Los resultados indican que las redes de solidaridad y los conflictos se construyen a partir de las experiencias y vínculos sociales creadas en los campamentos. Estas redes ocupan un papel central en el compromiso político de los colonos, con la valoración de las formas de acción colectiva en los asentamientos.

Palabras clave: Asentamientos, reforma agraria, campamentos; MST; identidad.

Introdução

Um dos principais movimentos de luta pela terra surgido a partir da crise do regime militar instaurado pelo golpe de Estado de 1964 foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diferentes autores (SIGAUD, ROSA E MACEDO, 2008; SIGAUD, 2004; ROSA, 2009) afirmam que desde a sua fundação o MST aponta para formas mais amplas de luta pela terra, sendo que um dos seus principais instrumentos são as ocupações de latifúndios improdutivos. Fernandes (2001) aponta que por meio das ocupações, os agricultores sem-terra espacializaram a luta, e conquistaram territórios que antes haviam sido apropriados pela produção capitalista, reinserindo, desta forma, indivíduos no campo, que em função do avanço capitalista migraram para as grandes cidades. As ocupações são assim uma forma nova de mobilização diferente das modalidades de luta adotadas anteriormente, ao incluir um novo conjunto de símbolos e procedimentos (SIGAUD, 2004).

Em função das características do MST, apresentamos o argumento de que os movimentos podem ser compreendidos como pertencendo a uma categoria de novos movimentos sociais que, utilizando as contribuições teóricas de Touraine (2002), Melucci (1989) e Offe (1988) teriam como propósito principal a construção de uma nova sociabilidade. Tal forma de sociabilidade teria como objetivo enfrentar os mecanismos de controle social implementados pelo capitalismo globalizado. De acordo com os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, estes movimentos não visariam à tomada do poder pela conquista do Estado, mas a constituição de espaços não institucionais, a partir dos quais procuram afetar hábitos e valores como forma de interferir coletivamente nas orientações políticas do mesmo. O fato é que como forma de se opor ao controle social promovido pelos agentes do capitalismo no Brasil, o MST desenvolveu uma forma particular na educação de seus militantes, que extrapola a mera conquista da terra (LEWIN ET. AL., 2005). Além disso, o MST atua no sentido da criação de uma identidade própria, a de Sem-terra, que é iniciada a partir da consciência comum da condição de excluídos (GRZYBOWSKI, 1990). Este processo de reconstituição identitária demanda um processo de aprendizado, que tem como objetivo a transmissão de valores, ancorados no princípio de solidariedade. A identidade “Sem-terra” se manifesta por meio de símbolos, como as bandeiras, as lonas pretas das barracas e os hinos e poesias. Tais formas permitem a valorização da identidade rural e propiciam empoderamento aos Sem-terra (SIGAUD, 2004; WOLFORD, 2010).

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar uma análise da dinâmica de formação dos acampamentos organizados pelo MST na região Norte Fluminense, identificando os tipos de relações sociais predominantes; os tipos redes sociais que são formados; os conflitos ocorridos no interior dos mesmos, bem como os possíveis reflexos que a dinâmica governando esses agrupamentos causa no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. Do ponto de vista teórico, o pressuposto adotado para analisar as narrativas acerca da experiência vivida pelos assentados foi de que no processo de territorialização da luta pela reforma agrária, os acampamentos representam um importante espaço de socialização, sendo o *lócus* inicial de mobilização de indivíduos e famílias de diferentes origens, e que, na luta pela conquista da terra, contribuem para a construção de uma nova identidade social.

Conflitualidade e identidade coletiva nos novos movimentos sociais

O entendimento das razões que levam um indivíduo a participar de um movimento social perpassa não somente questões objetivas, tais como a posse da terra ou o fim da exclusão social, mas também por questões culturais, como afirma pela personalidade de cada indivíduo, pelas frustrações e desejos na vida cotidiana (CALDART, 2001). No caso específico dos acampamentos de sem terra é neste espaço que os indivíduos atraídos pela luta em prol da reforma agrária iniciam a construção de uma nova identidade. Assim, a análise do conceito de identidade é necessária para que se compreenda a passagem de um tipo de sujeito individual para outro de natureza coletiva.

Castells (1999) sugere que identidade deve ser entendida como sendo a “fonte de significado e experiência de um povo”, onde atores sociais dão origem à sua identidade pelo processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Além disso, Castells divide o conceito de identidade em três: a) legitimadora; b) de resistência e c) de projeto. A identidade legitimadora daria origem à sociedade civil construída pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação, e se faz presente por meio de atores estruturados e organizados. Já a de resistência leva à formação de comunidades, sendo criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pelo processo de dominação. Entretanto, Castells argumenta que o tipo de identidade mais importante é a de projeto, pois esta implica na construção de uma nova identidade capaz de redefinir a posição dos indivíduos no interior de uma dada sociedade por meio da transformação de toda a estrutura social.

Ainda no tocante à questão da identidade, Woodward (2000) argumenta que a identidade é relacional, ou seja, ela se forma pela contraposição a algo externo a ela, ou seja, outra identidade. De forma similar, Silva (2000) coloca que a identidade remete a uma autoafirmação, sendo assim um “fato” autônomo e a diferença é uma afirmação sobre aquilo que o outro é. Assim, para Silva somente se fazem afirmações identitárias quando a diferença existe, derivando disto que a identidade é uma produção discursiva. Deste modo, a afirmação da identidade e da diferença seria objeto de disputas entre os diferentes grupos que estão situados simetricamente em relação ao poder. Assim, na demarcação de uma identidade, como forma de se opor à outra identidade na relação de poder, o indivíduo estabelecerá classificações que refletem a hierarquização existente entre diferentes grupos (SILVA, 2000; HALL, 2000).

Segundo Woodward (2000), os movimentos sociais surgiram como uma política de identidade, que visa afirmar a identidade cultural dos grupos marginalizados e oprimidos por meio da mobilização política. Essa política tem como base reafirmar as particularidades culturais de um determinado grupo, assim como realizar uma análise da opressão que este grupo possa estar vivendo. Em consequência disso, a política de identidade dos novos movimentos sociais busca na História as raízes da opressão e marginalização, fazendo da identidade um produto histórico.

Segundo Alonso (2009) o estudo dos novos movimentos sociais surge no marco das agitações políticas e sociais da década de 60 e início da década de 70. A autora coloca que os principais teóricos dos novos movimentos sociais (Touraine, Melucci, Castells e Habermas) deram aos movimentos sociais uma interpretação de cunho cultural, voltada para a construção de novas identidades. Embora possuíssem interpretações distintas, estes autores compartilhavam de um mesmo argumento central, que seria uma mudança macro-estrutural que teria alterado a natureza do Capitalismo. Tais referenciais teóricos definem os novos movimentos sociais como uma modalidade de ação coletiva orientada para a construção de um novo sujeito histórico, após a abertura de novas arenas de conflitos que, por sua vez, são suscitadas pela marginalização de grupos sociais excluídos dos padrões hegemônicos de sociabilidade impostos pelas mudanças estruturais capitalistas (ALONSO, 2009).

Estes novos movimentos se distanciam dos antigos movimentos sociais por não possuírem uma base social demarcada, não se constituindo por um caráter classista

(ALONSO, 2009). Os novos movimentos sociais lutam para reafirmar, dentro da sociedade, identidades marginalizadas, contrapondo-se ao processo de negações sociais da identidade dominante, ou seja, reafirmam valores negados pelos padrões socioculturais (WOODWARD, 2002). Deste modo, Woodward assume o conceito de identidade como um “fator de luta”, de conflito, que no interior dos movimentos sociais contribui para a representação de um determinado grupo social.

Deste modo, Touraine (2002) discute a emergência dos novos movimentos sociais no âmbito da análise da ação social coletiva. Para Touraine, os movimentos sociais seriam definidos como ações coletivas originadas de um conflito central na sociedade, construindo nesse processo um sujeito que assume a luta contra a supremacia do mercado e contra o autoritarismo na busca de um modo diferente de uso dos valores morais. O conflito central passa a então ser determinado pelo controle dos modelos culturais, deslocando a centralidade do conflito do econômico para o cultural, que passa então para a esfera da vida privada.

A importância da construção de uma nova identidade histórica na luta pela terra

O conceito de identidade é elucidativo para compreender como são elaborados os enfoques em relação ao MST e sua plataforma política. Caldart (2001) propõe uma leitura do movimento a partir de um viés cultural, ressaltando a sua importância na consolidação de uma sociabilidade, que só é possível através de processos de subjetivação. Esta característica peculiar do MST o diferencia dos demais movimentos sociais existentes na luta pela reforma agrária no Brasil, também é aquilo que o liga aos novos movimentos sociais. Deste modo, a compreensão dos movimentos sociais inclui necessariamente o estudo dos processos de subjetivação, compreendidos como relações de poder e de saber que perpassam uma realidade concreta (LEITE E DIMENSTEIN, 2010).

Esta distinção coloca o MST como um movimento do campo peculiar, na medida em que ele extrapola a própria noção de luta pela terra. Segundo Lewin et. al. (2005) a plataforma política do MST aponta para a necessidade da sociedade de se tornar corresponsável na luta, na medida em que o entendimento da questão agrária não se limita à resolução dos problemas existentes no campo, mas abrange também as necessidades da cidade. Já Leite e Dimenstein (2010) enfatizam que as ações do movimento extrapolam os interesses de lutas localizadas visto que incorporam outras reivindicações de escala planetária (i.e. combate às sementes transgênicas, desenvolvimento sustentável, agroecologia, biodiversidade, educação, saúde, produção, luta contra o aquecimento global). Este tipo de posicionamento deriva do fato de que o MST modificou os seus objetivos iniciais em relação à luta pela terra (LEITE; DIMENSTEIN, 2010).

A ação política do MST também desafia a perspectiva reformista latino-americana que concebia a reforma agrária como um processo social de transformação da estrutura agrária, direcionado a ruptura do poder político tradicional, com vistas à democratização da terra (TAVARES, 1996). A perspectiva inovadora do MST aparece como uma resposta às transformações ocorridas no campo durante a década de 1960 na base técnica da agricultura. Em face deste processo, a reforma agrária ganha hoje outra importância, ao qual os líderes do MST entendem que deve passar pela crítica ao modelo econômico e social vigente (MST, 2007). Estas transformações na forma de luta e no conteúdo do discurso demonstram a compreensão das lideranças de redefinir a orientação das ações coletivas do movimento num marco de mudanças estruturais do sistema econômico capitalista, que, crescentemente, com o controle exclusivo da técnica e da informação, vem exercendo formas cada vez mais sofisticadas de controle social, sobre sistemas simbólicos, identidades individuais e necessidades.

O tipo de resposta desenvolvido pelo MST vai ao encontro dos argumentos de Melucci (1989) para quem a função dos atores nos conflitos é revelar os projetos, anunciar à sociedade que existe um problema fundamental numa determinada área e lutar para

aumentar sua participação no sistema, para poder ressignificar e reorientar a ação social. Nessa via, diferentes atores aparecem para propor projetos simbólicos e culturais alternativos à sociedade, no intuito de modificar a vida dos indivíduos. O MST caminha nesse sentido, na medida em que possibilita a incorporação da discussão sobre um novo modelo de produção agrícola, em sua agenda política. Desta forma, o MST incorpora temas que vão além do acesso à terra, tais como a construção de um projeto popular que enfrente o neoliberalismo; a luta pela preservação ambiental; a defesa das sementes crioulas e nativas em contraposição às geneticamente modificadas; a luta para que a produção de agrocombustíveis esteja sob controle dos camponeses; a defesa do ensino público de qualidade; a construção de meios populares de comunicação como as rádios comunitárias, e a articulação dos movimentos sociais do campo e da cidade (MST, 2007).

A pauta de ações do MST se adequa ao conceito de novo sujeito histórico construído por Houtart (2007) que visualiza a existência de um novo sujeito plural e popular, o qual deve ser pensado na atuação de múltiplos atores sociais, gerando um esforço de superação da fragmentação das organizações de esquerda. As lideranças do MST afirmam ser necessário estabelecer alianças com os movimentos urbanos, considerando que mais de 80% dos trabalhadores estão concentrados no meio urbano. Vista a partir deste prisma, a luta do MST se torna então conjunta com os diversos movimentos, na medida em que a democratização da terra deve estar associada a democratização da moradia na cidade. O fato é que o MST parece ter visto na ampliação da luta contra outros setores representativos do capitalismo, a possibilidade de agregar outros atores sociais no seu projeto de luta, identificando neles a mesma crítica ao modelo econômico vigente (MST, 2007).

A identidade “sem-terra” enquanto afirmação política é demarcada pela diferença, e se dá através de sua marginalização na sociedade (CRUZ, 2010). Nesse sentido, o autor enfatiza que ser “sem-terra” significa se opor ao modelo econômico vigente e à elite rural, e que tal postura assegura a existência da identidade cultural do MST. Ao demarcar sua diferença em relação aos outros movimentos, o MST se utiliza de discursos, referenciais históricos de luta pela terra, e demais simbolismos, tais como o uso da bandeira nos acampamentos, a lona preta das barracas e os gritos de guerra utilizados nas manifestações. Como toda identidade marcada através da diferença, a identidade cultural do MST é não-essencialista, pois não é uma identidade fixa e imutável, mas sustentada por meio de um discurso político e ideológico capaz de reunir indivíduos de diferentes trajetórias de vida em torno de um mesmo projeto político (WOODWARD, 2000, apud CRUZ, 2010).

Por sua vez, Wolford (2010) argumenta que a identidade criada pelo MST se aproxima do conceito de comunidades imaginadas de Anderson (1993). Na interpretação de Wolford a comunidade imaginada do MST remonta à origem da exploração da terra, da concentração fundiária e dos mais de quinhentos anos de injustiças que são consequências da forma como se deu a nossa colonização. Além disso, Wolford considera que as ocupações de terra organizadas pelo MST são fundamentais para a criação da identidade do movimento, visto que permitem juntar trabalhadores desempregados, professores, camponeses, trabalhadores rurais dentre outros e unificá-los em torno da construção de uma mesma identidade coletiva.

A partir das considerações sobre a identidade “sem-terra”, Leite e Dimenstein (2010) apresentam uma análise do MST a partir da produção de subjetividades nas ações e práticas sociais empreendidas pelas lideranças do movimento. Assim, Leite e Dimenstein afirmam que as ações coletivas e a formação militante, que constrói uma comunidade em luta é um processo de subjetivação que busca construir sujeitos conscientes de seu papel no processo de luta e deste modo, alinhados as ideias do movimento. A transformação do horizonte cultural do indivíduo, com a superação de comportamentos individualistas, incompatíveis com as ideias de luta, é entendida por Leite e Dimenstein como um modo de produção subjetiva.

A conquista da terra: a ocupação e os acampamentos como pontos focais para o enfrentamento

Para Sigaud, Rosa e Macedo (2008) a origem das ocupações de terra como forma de reivindicação se situa no estado do Rio Grande do Sul, nos anos 60, e somente depois foi sendo incorporada por outros estados do país. Por outro lado, Sigaud, Rosa e Macedo (2008); Sigaud (2004); e Rosa (2009) demonstraram que as ocupações são uma modalidade de luta inovadora e se diferenciam de outras formas de luta pela terra praticadas no Brasil anteriormente. Rosa (2009) argumenta que as ocupações de terras empreendidas pelo MST são inovadoras no sentido de criarem um conjunto de símbolos e procedimentos novos, se diferenciando das antigas Ligas Camponesas.

Assim, é que num esforço de resgatar a experiência histórica, a partir de sua criação em 1984, o MST estabeleceu que a forma mais apropriada de reivindicar junto ao Estado a posse da terra seria por meio das ocupações e consequente formação dos acampamentos. Deste modo, o acampamento se tornou um locus gerador das pressões sobre o Estado brasileiro no sentido de realizar a desapropriação de terras improdutivas e de promover a territorialização de indivíduos que desejam participar da luta pela reforma agrária. No caso específico da região Norte Fluminense, uma conjugação de condições favoreceu a proliferação de acampamentos do MST no final da década de 1990. Entre as principais causas desta efervescência estavam a crise da economia canaveira e a falência de diversas usinas, tornando improdutivas as terras utilizadas para a monocultura da cana (PEDLOWSKI, 2011).

Mas o entendimento do papel central das ocupações só é alcançado se os acampamentos forem inseridos no debate com toda a sua complexidade e riqueza conceituais. Vendramini (2005) enfatiza que a organização da vida no acampamento coloca novas rotinas para os acampados em todos os sentidos, exigindo um novo aprendizado em relação à forma de viver. Isto ocorre porque a organização em comissões e núcleos exige do indivíduo uma forma coletiva de vida e organização; assim, experiência de vida coletiva do acampamento seria um elemento essencial na organização do futuro assentamento. O acampamento também é apontado como sendo um espaço de expressão e organização da política coletiva. Segundo Fernandes (2001) a organização política decorre da necessidade de sobrevivência marcada por uma situação de desigualdade vivenciada no campo. Esta organização dependeria então da construção de uma consciência a partir da realidade que sujeito vivencia no processo de ocupação (FERNANDES, 2001).

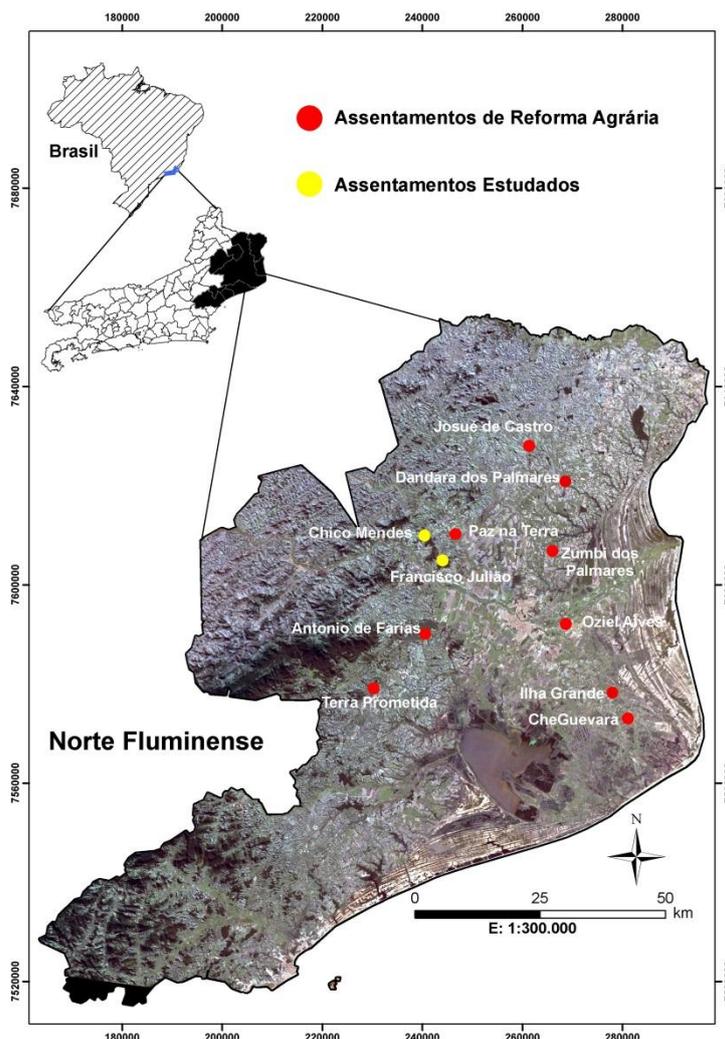
Área foco do estudo e processo de coleta de dados

A coleta de dados deste estudo abrangeu dois assentamentos de reforma agrária localizados no município de Cardoso Moreira, região Norte Fluminense: Chico Mendes e Francisco Julião. A escolha destes assentamentos se deu em face de características específicas importantes para a execução da pesquisa de campo, como descrito a seguir.

Os assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes possuem seis anos de existência e seus respectivos Planos de Desenvolvimento (PDAs) ainda estão em fase de elaboração. Assim, a transição da fase de acampamento para a de assentamento é ainda recente, o que possibilitou a coleta dos dados necessários à análise política da interface acampamento/assentamento.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa de campo incluiu a aplicação de entrevistas com um roteiro semi-estruturado numa amostra aleatória de 20 assentados, e em lideranças envolvidas na organização da luta pela reforma agrária no Norte Fluminense. Os Assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes estão localizados no município de Cardoso Moreira. A pesquisa incluiu ainda a coleta de dados secundários, tais como os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs). Também foram levantados dados secundários referentes à imagens de satélites, e a mapas dos parcelamentos de lotes para determinar a área dos dois assentamentos estudados.

Figura 1 - Mapa mostrando a localização dos assentamentos Francisco Julião e Chico Mendes em relação aos outros assentamentos da Região Norte Fluminense.



Os reflexos da formação do acampamento no processo de desenvolvimento dos assentamentos

Os acampamentos enquanto espaços de socialização têm efetivamente um importante papel na formação social dos assentados, por meio do reordenamento ético em direção à adoção de uma postura coletiva. Os depoimentos obtidos demonstram, baseando-se nas afirmações de Beledelli e Medeiros (2005), que a partir do momento em que os trabalhadores ingressaram no processo de luta pela terra, começando pela construção do acampamento, iniciou-se um processo de ressignificação das suas identidades pregressas, o que gera um conflito cultural, podendo criar uma nova identidade de culturas e novas relações com o mundo. Um exemplo disto foi o depoimento fornecido pelo assentado JC, do Assentamento Francisco Julião:

Eu achava que o sem-terra era um negócio muito errado. Achava um troço muito errado e não participava. Ai depois... eles moravam lá na beira do asfalto. Ai tavam acampados e na volta parei e conversei com eles. Ai eles mostraram as barracas... eles não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. (...) Ai que eu fui vê que o negocio não era como a turma comenta.

As práticas coletivas aplicadas durante a ocupação também são significativas do ponto de vista da democratização das relações sociais, pois criaram coletivos que permitiram a abertura de um processo de diálogo entre líderes e acampados. Essas novas práticas inseriram os acampados em um novo espaço, criando uma identidade coletiva que, por sua vez, exigiu um grau de consciência de grupo, capaz de influenciar nas decisões travadas no âmbito das assembleias. Os acampados se envolvem com práticas inéditas nas experiências de vida deles, incluindo-se aí caminhadas, manifestações, em vias públicas e participação em assembleias e comissões de trabalho. Estas experiências tornaram o acampamento um espaço de aprendizagem política, que condicionou a existência de conflitos e alianças entre os seus participantes. Os relatos obtidos na pesquisa de campo apontam que uma das ações que mais contribuiu para reorientar ideologicamente os assentados em torno dos ideais da luta pela terra foi um enfrentamento com antigos donos da terra durante a retirada de gado nos meses seguintes à ocupação. Em especial, a fala do assentado JS demonstrou as estratégias utilizadas pelos assentados para a resistência ao antigo fazendeiro, ao afirmar que:

Na época o fazendeiro aqui era pra deixar só a quantidade de boi de animais que ele tinha aqui, aí foi botando mais, botando mais. Aí chegamos um dia aí que paramos ele e a carreta que tava trazendo animais. Aí fizemos uma revolução. Botamos fogo na pista lá pra chamar a atenção. Depois pediu que ele tirasse os bois todos daqui.

Estas estratégias foram produto do processo de resistência criado no interior dos acampamentos que contribuíram para a construção de uma nova sociabilidade. Essa nova sociabilidade, fundamentada em ações coletivas, se estendeu para o assentamento, se transformando em reivindicações, através das associações de produtores por créditos e benefícios necessários a viabilidade do assentamento. As práticas de reuniões e assembleias durante a fase acampamento também se tornaram base para outras formas de ação coletiva no assentamento. As formas de organização política via assembleias e reuniões foram fundamentais para a colaboração no trabalho da lavoura e na comercialização, servindo também de base para as ações coletivas desempenhadas no assentamento. Estas experiências, desde as reuniões até a tomada de decisões em assembleia geral se tornaram referências para a organização política do assentamento (Tabela 1).

Tabela 1 - Reflexos do acampamento na forma de convivência no assentamento (N:20)

Entrevistados	Na organização política	Na formação de uma identidade coletiva e grupal	Não teve influência
Francisco Julião			
AD		X	
NA	X		
CL	X		
ER		X	
ED		X	
JC	X		
JO	X		
ST		X	
RE	X		
JO		X	
Chico Mendes			
AD			X
AL	X		
CE		X	
CR		X	

CH		X	
EL		X	
JO	X		
VA	X		
WA	X		
ZA		X	
Total	9	10	1

A análise dos resultados revelou que a organização política do acampamento em reuniões coletivas serviu como referência para a futura organização política e produtiva dentro dos assentamentos. No período do acampamento, a discussão das medidas a serem adotadas para a solução de problemas existentes era feita num ambiente democrático, onde havia a liberdade para que cada um pudesse expor sua opinião que tornaram a base para o futuro convívio dentro dos assentamentos. Assim, foi verificado a existência de um entendimento político de que a experiência vivida dentro dos acampamentos foi importante para a futura organização dos assentamentos.

Por outro lado, o espaço do acampamento foi apontado pelas entrevistas como tendo contribuído para a formação de uma identidade coletiva através das redes de amizade e solidariedade criadas a partir do trabalho coletivo nas lavouras (Tabela 2).

Tabela 2 - Mecanismos motivadores da interação dos assentados com os outros produtores do assentamento (N: 20).

Entrevistados	Formas de interação	Mecanismos que motivaram a interação
Francisco Julião		
AD	Amizade	Acampamento
AN	Amizade	Acampamento
CL	Amizade e parentesco	Redes de parentesco e acampamento
ER	Amizade	Acampamento
ED	Amizade e parentesco	Rede de parentesco e acampamento
JC	Amizade	Acampamento
JO	Amizade	Acampamento
ST	Amizade	Acampamento e rede de vizinhança anterior à ocupação
RE	Amizade	Acampamento
JO	Amizade e parentesco	Rede de parentesco e acampamento
Chico Mendes		
AD	Amizade	Rede de vizinhança no assentamento
AL	Amizade	Acampamento
CE	Amizade	Acampamento
CR	Amizade	Acampamento e rede de vizinhança anterior á ocupação
CH	Amizade	Acampamento
EL	Amizade	Acampamento
JO	Amizade	Acampamento
VA	Amizade	Acampamento
WA	Amizade	Rede de vizinhança e acampamento
ZA	Amizade	Rede de vizinhança e acampamento

As formas de interação e vivência no assentamento também decorreram da formação de redes de solidariedade e, por vezes, de conflitos estabelecidos no acampamento. Nesse sentido, também foi significativa a participação das redes de vizinhança gestadas nos locais de origem dos indivíduos para a consolidação das formas de interação social nos assentamentos. Isto confirma que há um desenvolvimento de redes sociais no interior dos assentamentos. Tais redes são fundamentais para a criação de identidades coletivas que permitem superar o individualismo que se manifesta após a entrega dos lotes. Este é um aspecto particularmente importante, pois revela que tais redes se constituem como um importante mecanismo de compensação do processo de auto-isolamento que sucede a vida coletiva que predomina dentro dos acampamentos.

Outro elemento importante da vida no acampamento, e que proporcionou a estes indivíduos a percepção de liberdade e empoderamento, foi a oportunidade de adquirir novos conhecimentos relativos às novas técnicas de produção. Entre os principais ganhos de conhecimento estavam o uso de produtos orgânicos na lavoura, as formas de relacionamento social, o reconhecimento da necessidade da luta para conquista dos direitos, e o conhecimento sobre direitos sociais. Em conjunto, esses ganhos foram fundamentais na conquista da autonomia política e produtiva por parte dos assentados.

A organização política, o conflito e as negociações internas

A organização política dos acampamentos acaba interferindo na formação dos assentamentos, afetando as formas de gerir a produção; as possibilidades de acesso à infraestrutura; as formas de uso e apropriação do espaço social que geram conflitos que ocorrem durante o período do acampamento, importante para a compreensão da dinâmica dos assentamentos. Diversos autores (MEJIA, 2003; BRENNEISEN, 2004; D'INCAO e ROY, 1995) destacam a forma como tais conflitos se manifestam e suas causas. Segundo esses autores, os conflitos podem se manifestar durante o acampamento de diversas maneiras, seja a partir da constatação das dificuldades enfrentadas ou nas contradições existentes nas relações cotidianas entre os acampados, que se revelam no confronto das representações acerca do uso do espaço e na busca por prestígio e significação. Todos estes conflitos aparecem no processo de formação política ainda dentro do acampamento e podem afetar a dinâmica dentro dos assentamentos.

O conflito no Francisco Julião e no Chico Mendes se apresentou na dimensão cultural, por meio do contraste entre as representações do espaço rural dos atores envolvidos na construção do acampamento/assentamento. Um elemento intrínseco à proposta de construção de assentamentos pelo MST é de que os assentados devem orientar ação produtiva num modelo coletivo. Tal modelo muitas vezes vai de encontro às experiências de vida dos assentados, com seus sonhos e desejos para a vida dentro dos assentamentos. O sonho de conquistar um pedaço de chão, de ser dono de uma terra particular, contrasta com a perspectiva de uma produção coletiva na terra conquistada. Assim, a imposição de um modelo coletivo de produção gera antagonismos na medida em que muitos assentados temem o reestabelecimento de relações de dominação às quais eles estavam habituados no passado. Este conflito cultural pode ser identificado na fala do presidente da associação de produtores do Francisco Julião, JB:

[...] na época eles queria que, assim, que plantasse em coletivo. Só que nós vimos que numa parte seria bom, mas na outra já não era. Ai foi, a gente reuniu e a maioria passou a plantar assim. Em coletivo assim: dividir a área, mas não junto. Não todo mundo junto [...] (Entrevista com JB, presidente da associação dos produtores do Francisco Julião)

Para Mejia (2003) o conflito emerge no interior destas representações e usos do espaço, no qual estão inseridos diversos atores, desde assentados a lideranças de movimentos sociais, na medida em que os atores em conflito assumem posições diferentes

em relação ao uso do espaço. Mejia argumenta que as representações e identidades dos atores sociais em torno do espaço são construídas de forma reflexiva, ou seja, “as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações e nessa relação entre ações e representações *do* espaço e *no* espaço se constroem territórios”. (p.7).

A fala de JB revela a importância do coletivo no que se refere à possibilidade de decidir o destino do assentamento e a enfrentar as dificuldades que impõem restrições ao seu desenvolvimento. Isto demonstra que as experiências coletivas assimiladas durante o período do acampamento se restringem ao campo da organização política, tendo sido pouco efetiva aquela experiência para a adoção de uma postura coletiva na produção.

É aquela coisa, o movimento, as pessoas que trabalham no movimento, eles podem vim qualquer dia aqui e se precisar da gente alguma. Alguma coisa nós vamos ajudar. Nós vamos ajudar e vamos correr atrás, porque começou com eles, a gente não pode esquecer isso. A gente não pode esquecer isso, começou com eles. Só que as coisas não andava. (Entrevista com JB, presidente da associação dos produtores do Francisco Julião).

O conflito de interesses e representações também se manifesta na avaliação dos assentados quanto à atuação do MST nos assentamentos. Alguns assentados do Assentamento Chico Mendes acusavam o movimento de impor condições para ter direito à posse da terra, relacionadas à obrigatoriedade de participar de manifestações e de atos políticos de interesse do movimento. Entre estas falas, se destacaram as seguintes:

Tem a organização (do MST) que acompanha os assentamentos. Ai eles vão ali na frente, encosta um ônibus. Tá todo mundo embarracado. Dois ônibus. Não quer saber. É tal hora assim, assim. Quatro horas da manhã, duas horas, pra fazer o movimento lá no Rio. (Depoimento de VA).

Por outro lado, depoimentos coletados no mesmo assentamento revelam que apesar das críticas ao movimento, há valoração positiva da sua atuação no início da ocupação no sentido de colaborar com a conquista da terra:

MST faz... eles apóia assim... parte de... de... grupo, pra ajudar enfrentar. Entendeu? Não que eles te dão nada. Eles dão assim, aquele apoio. Ajudam a enfrentar, no caso se o dono da terra vier pra atacar, eles atacam também (...) (Entrevista com ZA).

Apesar das críticas, estas falas enfatizam a importância do MST no momento de transitoriedade destes assentados, característica da vida de acampado. Estes achados corroboram os postulados de Offe (1988) para quem os movimentos sociais atuam em espaços não consolidados, de transição, das estruturas e organizações sociais. Neste sentido, a importância do MST foi a de transmitir os princípios organizativos do assentamento para aqueles que estavam em fase de transição, de empregado rural ou de trabalhador da cidade para trabalhador autônomo, dono de um lote de terra. Por outro lado, a presença do MST após a divisão dos lotes se tornou residual ou quase inexistente, podendo gerar conflitos e discordâncias, já que o empoderamento conquistado por meio da experiência no acampamento possibilitou voz própria aos assentados, tornando-os capazes de questionar a atuação das organizações e instituições sociais no assentamento, e até mesmo das lideranças internas e da própria associação.

Os integrantes do Assentamento Francisco Julião, no que se refere à relação com o MST, se mostraram mais receptivos à absorção do seu ideário. Nas visitas realizadas foi verificado a transmissão de conhecimentos sobre a produção, em que pese à existência de conflitos e cisões entre os assentados e as lideranças do MST durante o processo de ocupação. Deste modo, na entrevista realizada junto com o presidente da associação de

produtores do Francisco Julião, JO, ficou visível que havia certo receio de que o movimento não quisesse a divisão das terras:

(...) Porque é... eu acredito que depois que o povo entra pros lote eles já não tem participação de muita coisa, não. Então eles ficaram segurando aquilo, segurando, segurando pra eles ter participação das coisas (...) (Entrevista com JO, presidente da associação dos produtores do Francisco Julião).

Estas falas demonstram que, na relação construída com as lideranças do MST, os assentados foram adotando um discurso próprio em relação às do acampamento. A fala do assentado ED demonstra com clareza a nova posição que estes assentados desenvolveram em relação aos mediadores do acampamento:

A relação da gente (com as lideranças do acampamento) era sentar pra ouvir o que eles tinha pra dizer e obedecer algumas coisas que ficou pra gente vê se cada um tava de acordo. Se tiver de acordo a gente obedece, se não tiver de acordo também não obedece.

Este depoimento de ED mostra que a posição assumida pelos assentados frente às lideranças não se enquadram nos padrões de relação de dominação e subjugação que foram observados em estudos em assentamentos rurais por pesquisadores como D'Incao e Roy (1995) e Brenneisen (2004). Estes autores identificaram a existência de relações de poder, dominação e resistência no interior dos assentamentos estudados, que se manifesta no conflito acerca dos diferentes modelos de produção e sociabilidade pretendidos pelos atores que atuam no assentamento. A imposição de um modelo produtivo, por parte do MST, baseado numa perspectiva de trabalho oposta aos interesses individuais que movem os trabalhadores rurais ao assentamento reconduziriam os assentados à relações derivadas de matrizes ideológicas estruturadas no machismo, no clientelismo e no paternalismo, que seriam próprios da sociedade brasileira. A imposição de um modelo definido de forma autoritária seria, portanto, uma violência simbólica, que promove conflitos e cisões das mais diversas ordens, ao considerar os grupos como homogêneo, desconsiderando a heterogeneidade que habita um assentamento.

Entretanto, nas entrevistas coletadas não fica demonstrado que os assentados se colocaram em uma situação subalterna nas relações sociais produzidas no acampamento, mas sim que transformam estas relações, por meio da incorporação de novas práticas sociais que lhes permitem maior empoderamento diante das lideranças políticas. Isto mostra que as assertivas de Navarro (2002) não foram confirmadas nestes assentamentos, pois os assentados impõem a sua própria voz dentro da organização do acampamento e posteriormente do assentamento.

Conclusões

A inserção na luta pela terra, e a formação dos acampamentos permite a incorporação de novas práticas coletivas antes ausentes do horizonte cultural destes indivíduos, como por exemplo, a participação em manifestações, assembleias, coordenação de comissão de trabalho, que instrumentalizaram os acampados com maior capacidade de organização na luta pelos direitos fundamentais, que garantem a sobrevivência e a cidadania. Isto permite compreender que a vivência do acampamento e as experiências acumuladas foram fundamentais para a consolidação de uma identidade coletiva. Isto se deve ao fato, de que as redes de solidariedade foram forjadas durante as experiências no acampamento, que permitiu ampliar o valor dado à ação coletiva.

De forma adicional é possível afirmar que as experiências vivenciadas em acampamentos criados pelo MST levam à formação de uma nova forma de convivência baseada num ideário coletivo. Isto se deve ao fato de que redes de solidariedade são

construídas a partir das experiências no acampamento, e contribuem para uma ampliação do valor dado à ação coletiva. Além disso, os sujeitos sociais envolvidos no processo de acampamento não se colocam em posição subalterna nas relações que estabelecem com as lideranças no interior dos acampamentos e dos movimentos sociais envolvidos na luta pela reforma agrária. É possível ainda afirmar que os sujeitos que participaram dos acampamentos que serviram como locus inicial de convivência romperam com formas de dominação e submissão, ao qual estavam anteriormente submetidos em seus locais de origem. Esta constatação representa uma refutação das teses defendidas por diversos autores (BRENNISEN, 2004; D'INCAO E ROY, 1995; NAVARRO 2002; ZIMMERMAN, 1994) que associam ao MST a reprodução das mesmas relações baseadas em valores seculares (i.e.; clientelismo, autoritarismo, subjugação) que são próprias das relações de poder tradicional que o movimento afirma combater. Deste modo, a subjetivação construída no acampamento foi promovida através de uma reeducação do indivíduo no sentido da adoção de uma postura coletiva, que contribuiu para substituir a postura individualista que antecedeu o engajamento na luta pela reforma agrária.

Outra conclusão importante deste estudo está relacionada aos postulados teóricos de Offe (1988) e Touraine (2002). Com base no que foi observado é possível afirmar que a atuação do MST durante a fase de acampamento correspondeu a um momento de transitoriedade dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação. Além disso, a presença do MST proporcionou aos participantes do acampamento o desenvolvimento de condições objetivas para a compreensão da realidade vivenciada e da necessidade de construção de uma nova subjetividade. A intervenção inicial do MST mostrou-se essencial para a convivência futura dentro do assentamento, e permitiu a construção de novos sujeitos. Deste modo, a atuação dos acampados no MST aparece como um elemento essencial na construção de uma nova identidade, que termina por fundamentar formas alternativas de ação e pensamento. O acampamento se mostra como uma forma singular de mobilização da luta pela terra e por direitos sociais, e que transforma a percepção social dos sujeitos inseridos neste processo de enfrentamento com o *status quo* vigente na sociedade brasileira.

Referências

ALONSO, Â. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova*, São Paulo, v.76, p. 49-86, 2009.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BELEDELLI, S.; MEDEIROS, R. M. V. **Assentamento, sua cultura, identidade e organização.** In: ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais.** São Paulo: Universidade de São Paulo, março de 2005.

BRENNISEN, E. **O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.128-163, 2004.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade.** v. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CRUZ, F. S. **Do essencialismo ao não essencialismo?** Reflexões sobre a identidade cultural do MST. *Lua Nova*, São Paulo, 80: p.181 – 201, 2010.

D'INCAO, M. da C.; ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: _____ (Org.). **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. Da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HOUTART, F. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas, 2007.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Movimentos sociais e produção de subjetividades: o MST em perspectiva**. *Psicologia & Sociedade*; 22 (2) 2010. p. 269-278.

LEWIN, H.; RIBEIRO, A. P. A.; SILVA, L. S. **Uma nova abordagem da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2005.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. *CPDA/Debates*, Rio de Janeiro, dez. 1997.

MEJIA, M. R. G. **Identidades e representações do espaço na construção de territórios sociais num assentamento do INCRA em Paraty**. *CPDA/Debates*, Rio de Janeiro, 2003.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova*, São Paulo, v. 17, p. 49-66, 1989.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S. S (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

OFFE, C. **Partidos políticos e nuevos movimientos sociales**. Madri: Sistema, 1988.

ROSA, M. **Biografia e movimentos de luta por terra em Pernambuco**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 157-180, 2009.

SIGAUD, L. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil**. *Cuadernos de Antropología Social*, 20: p. 11-23, 2004.

_____. **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M. E. **Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada**. *Dados* [online], v.51, n.1, p. 107-142, 2008.

SILVA, T. T. Da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. 7ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VENDRAMINI, C. R. **A Experiência Coletiva como Fonte de Aprendizagens nas Lutas do Movimento Sem Terra no Brasil**. *Revista Lusófona de Educação*, n. 6, p. 67-80, 2005.

WOLFORD, W. **This Land is Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil.** North Carolina: Duke University Press, 2010.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ZIMMERMAN, N. de C. Os desafios internos de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora, 1994.

Recebido para publicação em 08 de outubro de 2013

Devolvido para revisão em 21 de março de 2014

Aceito para publicação em 31 de março de 2014